

AValiação DOS CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS E COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

EVALUATION OF WATER RESOURCES COUNCILS AND RIVER BASIN COMMITTEES: A SYSTEMATIC REVIEW

Felipe Silva Marcondes^a, Simone Magela Moreira^a

^aInstituto Federal de Minas Gerais (IFMG)

felipesilva81@gmail.com, simone.moreira@ifmg.edu.br

Submissão: 10 de setembro de 2021

Aceitação: 29 de novembro de 2021

Resumo

A complexidade relacionada à gestão dos recursos hídricos requer a constante mensuração de sua governança, cujas análises precisam ser confrontadas para que seus resultados contribuam efetivamente para a qualidade das estratégias, frente às escolhas das decisões. Assim, o objetivo desta revisão foi o de resumir o estado da arte relacionado aos procedimentos usados nas avaliações dos conselhos de recursos hídricos e dos comitês de bacias hidrográficas brasileiros. A busca foi iniciada por meio da seleção de artigos, dissertações e teses publicados nos bancos digitais do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Divulgações nas duas últimas décadas (2000 a 2020) foram incluídas e classificadas quanto ao tema principal e à esfera de abordagem. Constatou-se que há disponibilizado apenas, 65 produções acadêmicas sendo 37 dissertações de mestrado (56,9%), 15 artigos (23,1%) e 13 teses de doutorado (20,0%). O número reduzido de avaliações destes órgãos colegiados, em particular dos conselhos, indica uma lacuna a ser investigada de modo que possam oferecer informações para a compreensão dos problemas despercebidos que prejudicam o funcionamento. Somente uma pequena parte (12%) das produções teve abrangência nacional, sendo a maioria (54%), casos locais, com limitado incremento na noção de impacto e promoção da melhoria contínua das políticas públicas. Destaca-se a necessidade de um maior fortalecimento institucional, com vista à melhoria da qualidade participativa, atuação responsável e o adequado apoio técnico, físico e financeiro, indigência comum na maioria dos estudos. Esta pesquisa contribui para a análise das evidências dos procedimentos, técnicas e métodos usados na avaliação destes órgãos colegiados, iniciando a sistematização das informações recuperadas de modo que um modelo de avaliação da qualidade possa ser construído.

Palavras Chave: avaliação de instituições participativas; conselho de recursos hídricos; comitês de bacias hidrográficas; gestão das águas.

Abstract

The complexity related to the management of water resources requires the constant measurement of its governance, whose analyzes need to be confronted so that its results effectively contribute to the quality of the strategies, in view of the decision-making choices. Thus, the objective of this review was to summarize the state of the art related to the procedures used in the assessments of Brazilian water resources councils and river basin committees. The search was initiated by selecting articles, dissertations and theses published in the digital databases of the journal portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). Disclosures in the last two decades (2000 to 2020) were included and classified according to the main theme and sphere of approach. It was found that there are only 65 academic productions available, 37 of which are master's dissertations (56.9%), 15 articles (23.1%) and 13 doctoral theses (20.0%). The reduced number of evaluations of these collegiate bodies, in particular of the councils, indicates a gap to be investigated so that

they can provide information for the understanding of the unnoticed problems that affect the functioning. Only a small part (12%) of the productions had a national scope, with the majority (54%), local cases, with a limited increase in the notion of impact and promotion of continuous improvement of public policies. The need for greater institutional strengthening is highlighted, with a view to improving participatory quality, responsible action and adequate technical, physical and financial support, a common need in most studies. This research contributes to the analysis of evidence of the procedures, techniques and methods used in the evaluation of these collegiate bodies, starting the systematization of the retrieved information so that a quality assessment model can be built.

Keywords: evaluation of participatory institutions; water resources council; river basin committees; water management.

1 INTRODUÇÃO

A descentralização nas decisões e a formulação das políticas públicas já era um tema recorrente no Brasil antes mesmo da criação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e do respectivo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, do qual fazem parte os Conselhos de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas. A discussão sobre a participação popular nas decisões governamentais, tal como temos hoje nas instituições participativas de recursos hídricos, iniciou-se ainda no período de redemocratização do Brasil, como um meio de combate às repressões vivenciadas e a busca por direitos civis e sociais (JACOBI; BARBI, 2007; LAVALLE, 2011;).

O conceito sobre Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) veio sendo construído ao longo dos anos, tendo sido inaugurado na Conferência irlandesa sobre Água e Meio Ambiente de 1992, quando se chegou a certo consenso sobre o tema. A inclusão dos usuários nas tomadas de decisão foi destaque entre os princípios discutidos (FRANCALANZA; JACOB; EÇA, 2013; SILVA; HERREROS; BORGES, 2017). Promovendo mais tarde, sob os pilares da descentralização, integração e participação, a Lei 9.433/1997, denominada de Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) que inova na instituição das bacias hidrográficas como unidades regionais de planejamento e dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) como colegiados consultivos e deliberativos, responsáveis pelo gerenciamento em suas respectivas circunscrições hidrográficas (TRINDADE, 2016). Composto o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional de Recurso Hídrico (CNRH) constituem instâncias

superiores, possuindo diversas competências de gestão nas três esferas de planejamento, estabelecendo diretrizes para a consecução da política nacional de recursos hídricos e outros temas submetidos a ele (BRASIL, 1997; COSTA, 2008).

O acúmulo de evidências propiciado por estudos comparativos em revisões sistemáticas, oferece efeitos favoráveis de interpretação e intervenções, sendo particularmente importantes quando há muitos atores envolvidos. Nos últimos anos, observou-se uma melhoria na gestão das águas diante das inovações trazidas pela legislação, certamente pela união da integração e a participação à descentralização na gestão dos recursos hídricos (CASTRO, 2012). Neste sentido, a instituição de órgãos colegiados regionais, estaduais e nacional promovem o debate sobre o uso da água em todas as esferas e insere a sociedade civil e os usuários de recursos hídricos nas negociações e na formulação das políticas (JACOBI; BARBI, 2007).

A multiplicidade de atores influentes em tais negociações, somada às disputas de interesses políticos e econômicos, entusiasma os debates e acaba por dificultar o consenso e a implantação das soluções necessárias, comprometendo o desempenho dessas instâncias (JACOBI, 2003). Além disso, no contexto da participação, a desproporção de conhecimento técnico especializado entre os conselheiros e a presença de linguagem douda, pode levar a uma dominância política e deliberativa de alguns grupos sobre outros, afetando o exercício do poder, na amplitude dos direitos (FONSECA; BURSZTYN; MOURA, 2012; MESQUITA, 2018). Por isso, o monitoramento dessas instituições deve ser contínuo, focado no cumprimento da representatividade democrática, na revisão crítica e na abrangência de seus objetivos para que o ideal de efetividade possa ser alcançado

(RODRIGUES, 2017). Sendo recomendado, portanto, a análise da associação entre a participação pública e o efetivo alcance da política, em cuja atuação, os conselheiros e a sua capacidade de produzir resultados, sejam investigados (ALMEIDA; CUNHA, 2011; AVRITZER, 2011).

Diante do potencial reformador, depois de decorridos aproximadamente 23 anos da criação da PNRH, torna-se fundamental a análise de tais instituições, em particular sobre o modo como se desenvolveram e se articularam ao longo do tempo, influenciando a gestão das águas brasileiras. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo abancar a produção científica relacionada à avaliação dos Conselhos estaduais ou federais, e dos Comitês de Bacia Hidrográfica, no tentame de uma análise comparativa que delimita alguns pontos interpretativos da realidade desses instrumentos de gestão democrática.

2 METODOLOGIA

Para a pesquisa documental foram levantados todos os artigos, dissertações e teses relacionadas à avaliação dos Conselhos de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas, publicados entre 1º de janeiro de 2000 a 31 de agosto de 2020. Somente produções brasileiras e no idioma Português fizeram parte da revisão sistemática, escopo da pesquisa.

Primeiramente, buscou-se por artigos científicos disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Justifica-se a escolha da CAPES por ser o local que disponibiliza um grande acervo científico à comunidade acadêmica, contando com aproximadamente 45 mil periódicos em 130 bases referenciais (CAPES, 2020). Em um segundo momento, para encontrar dissertações de mestrado e teses de doutorado, foi utilizado o sítio eletrônico da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), escolhida por apresentar as melhores opções de buscas avançadas, contendo um acervo completo da produção de dissertações e teses nacionais.

Após a definição dos limites e das bases de busca, determinaram-se os descritores utilizados como filtro para a seleção nos títulos e nos resumos: comitê, comitês, conselho ou conselhos. Como filtro complementar, foram considerados textos que continham pelo menos

um destes descritores em seu assunto, acompanhado de pelo menos uma das seguintes palavras-chave: recurso hídrico, recursos hídricos, água, águas, bacia hidrográfica ou bacias hidrográficas. As etapas de seleção seguiram um fluxo para evitar perdas maximizar a busca (Figura1).

Para a efetiva inclusão ou exclusão das produções científicas, realizou-se leitura criteriosa dos títulos e resumos dos trabalhos. Somente contribuíram no delineamento do estudo, publicações que apresentassem a avaliação da instituição participativa sob algum aspecto, como por exemplo, o ajuizamento do nível de participação social em determinado Conselho ou Comitê de Bacia. Foram excluídas, aquelas produções que não tiveram como foco a análise da efetividade do colegiado, como por exemplo, os casos em que estudaram os desafios para a criação.

A última etapa incidiu na classificação das produções acadêmicas quanto ao principal tema estudado e as abrangências – nacional, regional, ou local – utilizando-se da análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (2016), após leitura sistemática dos resumos e quando necessário, da produção completa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

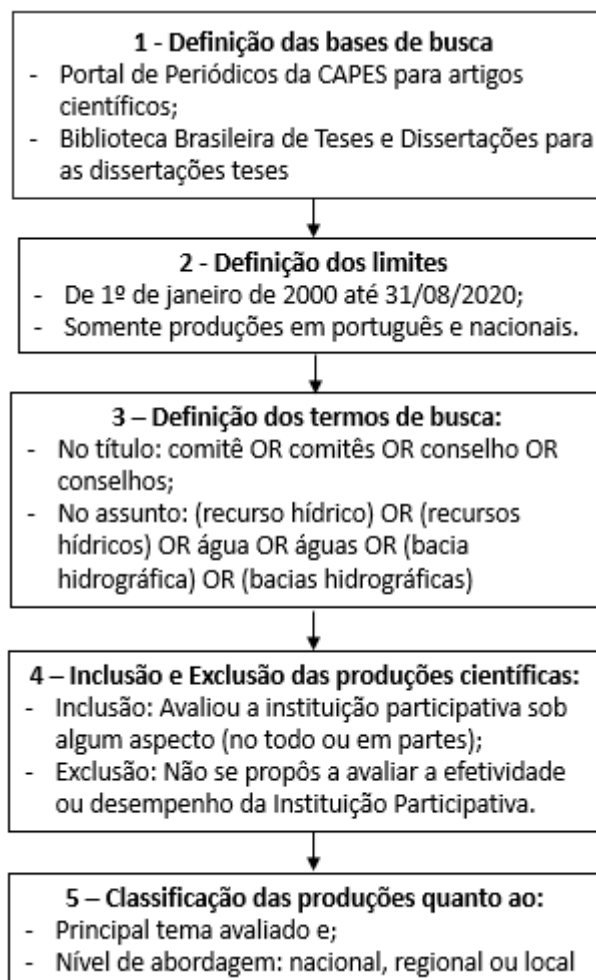
Após a aplicação dos filtros, 102 produções científicas foram selecionadas (Figura 2), sendo 56 dissertações de mestrado (54,9%), 24 artigos (23,5%) e 22 teses de doutorado (21,6%). A análise sistemática dos títulos e resumos, aplicados os critérios de exclusão, resultou em 37 trabalhos descartados por não objetivarem a avaliação do colegiado, tratando de temas como os conflitos pelo uso da água, a gestão municipal, os estudos etnográficos, a educação ambiental, os planos de recursos hídricos, a criação dos comitês, a participação indígena, dentre outros. Restaram assim, 65 produções acadêmicas, sendo 37 dissertações de mestrado (56,9%), 15 artigos (23,1%) e 13 teses de doutorado (20,0%).

Torna claro que a temática é mais pesquisada (56,9%) em mestrados que em teses de doutoramentos ou como objeto para a publicação de artigos. Isso não quer dizer que, necessariamente, haja um nexos interno entre a ideia central e os conceitos tangentes às formações acadêmicas, mas nos leva a refletir de forma ampla na busca por convergências. Por um lado, pode ser devido à maior oferta de

mestrados acadêmicos ou profissionais na área de ciências ambientais, representando cerca de 70% daqueles ofertados no país (CAPES, 2021). Ou ainda, os menores números de artigos científicos em relação às dissertações de mestrado podem ser resultado da dificuldade dos

alunos de pós-graduação para a aprovação de artigos, que são muitas vezes rejeitados por falhas metodológicas, falta de aprofundamento teórico ou ausência de padronização, entre outros (PINTO; PAULA; ALVES, 2010; JOB; MATTOS; TRINDADE, 2009).

Figura 1: Etapas para a seleção dos artigos, dissertações e teses da revisão sistemática.



Fonte: Os autores (2020).

A evolução anual das produções científicas demonstra uma pequena quantidade de estudos relacionados à avaliação da qualidade dos conselhos, tendo sido publicados apenas quatro trabalhos (Figura 3), nas duas décadas pesquisadas. Esta lacuna pode ser explicada pela pluralidade de competências e a dificuldade de se mensurar os impactos nas políticas públicas provenientes das decisões destes órgãos normativos centrais, reduzindo o número de estimativas destinadas aos sistemas estaduais (WAMPLER, 2011; SILVA, 2011). Quanto aos comitês, foram constatadas 61 publicações, cujas ocorrências, variaram ao longo dos anos, sendo

divulgada uma única análise em 2002 e em 2009, somaram oito publicações. Considerando-se os 233 comitês de bacia hidrográfica (incluindo os comitês interestaduais) instituídos formalmente no Brasil (ANA, 2021), avulta-se a escassez de apreciações da efetividade destes, perante aos sistemas estaduais e nacionais de gerenciamento dos recursos hídricos.

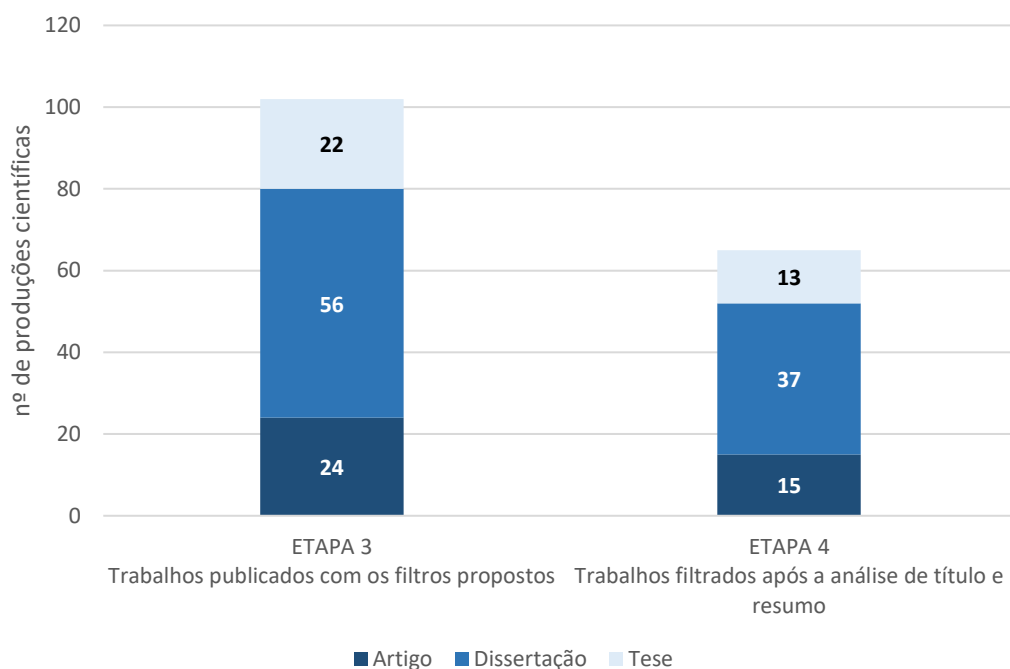
3.1 Classificação quanto ao nível de abordagem e assuntos principais

Na ampliação da análise, os trabalhos foram ainda separados em três dimensões.

Constituíram como nacionais, quando abordavam todos os comitês de bacias hidrográficas ou quando o alvo central foi o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Os trabalhos que tiveram como foco os comitês de bacia com abrangência interestadual (comitês de integração), as avaliações de dois ou mais comitês de bacia e os conselhos estaduais de recursos hídricos, foram classificados como regionais. E, por fim, as

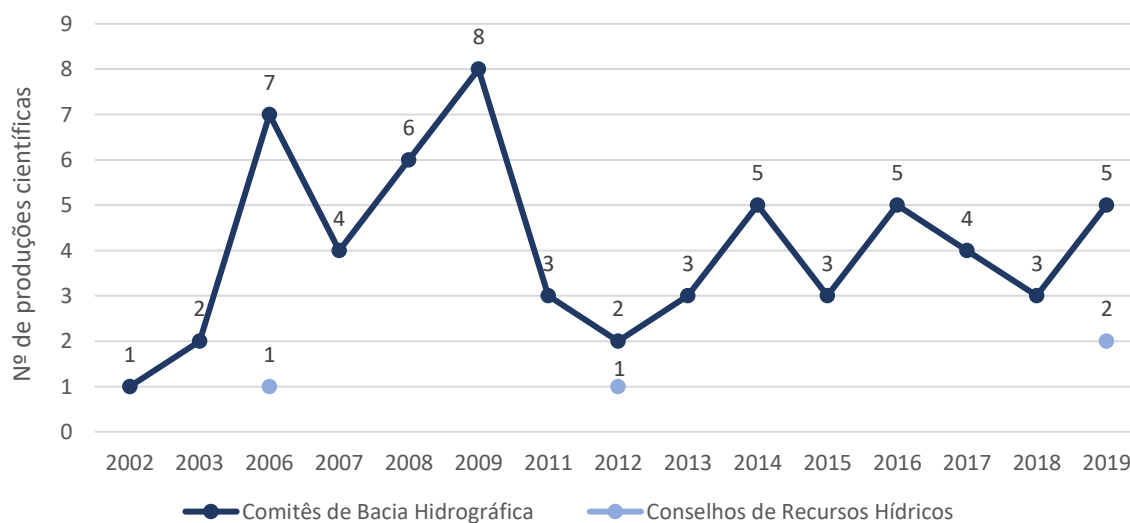
produções voltadas para o estudo de apenas um comitê de bacia estadual foram conditas como locais. Ressalta-se que para esta última classificação apenas os trabalhos envolvendo os comitês de bacia puderam ser classificados, já que trabalhos relacionados aos conselhos de recursos hídricos foram estratificados como regionais, devido à ampliação de sua abrangência (Figura 4).

Figura 2: Quantitativo de produções científicas encontradas com os filtros propostos (Etapa 3) e após as análises sistemáticas de títulos e resumos (Etapa 4)



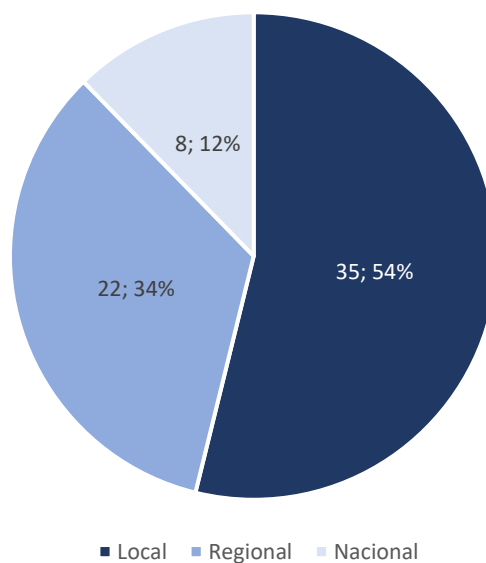
Fonte: Os autores (2021).

Figura 3: Evolução das produções científicas do ano 2000 até 2020 por tipo de instituição participativa



Fonte: Os autores (2020).

Figura 4 – Classificação das produções científicas quanto ao tipo de abordagem: nacional, regional ou local



Fonte: Os autores (2020).

Verifica-se uma maior incidência de trabalhos focados nas análises dos comitês de bacias locais (54%). Em seguida, verificou-se 22 (34%) estudos com abrangência regional e apenas oito (12%) publicações categorizadas na esfera nacional. Isso pode ser explicado em parte pelo achado comentado anteriormente, quando as pesquisas desenvolvidas durante um mestrado, possuem áreas de influência, profundidade e abordagens condizentes com o nível de formação. Nesse aspecto, pode-se ressaltar também o fato de que, em estudos de qualidade, dadas as complexidades decorrentes do alcance, podem ser realizadas mais facilmente quando a magnitude de um impacto reduz a subjetividade da avaliação e não exige profissionais de elevada capacitação técnica (ECONSERVATION, 2017).

Os trabalhos acadêmicos puderam também ser divididos quanto aos temas principais, quais sejam, implementação da política (1), participação e representação (2), desenvolvimento e articulação institucional (3) e assuntos específicos (4). Produções que examinaram a atuação de um comitê ou de um conselho com o intuito de extrair informação sobre a gestão e a aplicação da política de recursos hídricos foram consideradas na temática “implementação da política”. Aqueles em que o foco se restringiu à análise do nível de atuação de seus membros nas decisões foram classificados como sendo de tema “participação e

representação”. Houve ainda outros em que o objeto de estudo centrou-se no funcionamento do órgão, sendo arrolados como sendo de tema “desenvolvimento e articulação institucional”. Por fim, quando o intuito foi o de extrair informações como o pagamento por serviços ambientais, águas subterrâneas, licenciamento ambiental, entre outros, foram classificados como sendo de “assuntos específicos”.

Visando aprimorar a análise das convergências, as temáticas foram também associadas ao nível de abordagem para uma melhor exposição das citações encontradas, conforme se descreve a seguir.

3.2 Das abordagens nacionais

Associando-se os principais temas das publicações de abrangência nacional e o tipo de órgão colegiado (Quadro 1), foram encontrados somente dois trabalhos com foco na “implementação da política”, relacionados aos comitês de bacia (TRINDADE, 2016) e aos conselhos e órgãos gestores de recursos hídricos (SÁ, 2019). Em tais estudos, os focos se mantiveram nas limitações que fogem ao objetivo de criação dos comitês de bacia, como a inexistência dos instrumentos de gestão, ausência de suporte técnico, físico e financeiro, baixo poder decisório, pouca participação, dentre outros; e o segundo identificou que, embora haja

inter-relação entre as normas de meio ambiente, não há efetivamente uma integração entre as instituições e, portanto, devem-se fortalecer os

órgãos gestores a fim de torná-los mais próximos e interativos, para uma melhor gestão dos recursos hídricos.

Quadro 1: Principais objetivos das referências com nível de abordagem nacional estratificadas por temas principais e por órgão colegiado

Foco principal do Estudo	Órgão Colegiado	Principais objetivos	Referências	# Ref.
Implementação da Política	Comitês	Revisão integrativa em busca de produções científicas voltadas para a atuação dos comitês de bacias hidrográficas na gestão integrada de recursos hídricos e, estudo de caso dos comitês Chapecó e Irani. Metodologias: revisão integrativa e entrevista.	Trindade, 2016	1
	Conselhos	Propõe um modelo de arranjo institucional para a gestão integrada dos recursos hídricos e do meio ambiente em Pernambuco a partir da análise de modelos de gestão existentes no Brasil. Metodologia: Entrevista	Sá, 2019	1
Participação e Representação	Comitês	Analisa os Comitês de Bacias Hidrográficas sob a ótica da representação e participação nas tomadas de decisões. Metodologias: Revisão de Literatura, entrevistas e questionários.	Abers et al., 2009; Barbosa, Hanai e Silva, 2016; Da Silva, 2018 e Barbosa, 2019	4
	Conselhos	Reflete sobre o princípio da participação na Política Nacional de Recursos Hídricos tem como foco o plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Metodologia: Análise documental e questionário.	Costa, 2012	1
Assuntos Específicos	Comitês	Revisão sistemática acerca dos estudos dos Comitês de Bacia hidrográfica e lacunas existentes nestes campos de pesquisa. Metodologia: revisão sistemática	Lopes, Ribeiro e Teixeira, 2015	1
	Conselhos	-	-	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No que concerne à participação, tais achados conduzem à percepção de que, embora os comitês de bacia sejam espaços legítimos, a qualidade da representação pode estar comprometida, já que fatores como consciência individual e atuação responsável são características intrínsecas dos conselheiros (BARBOSA; HANAI; SILVA, 2016; BARBOSA, 2019). Corroborando para a redução da qualidade nesse quesito, as desigualdades sociais entre os membros que, embora não impeçam o funcionamento, acabam por afetá-los (ABERS et

al, 2009). Em instância superior, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a maioria de seus conselheiros atua há mais de cinco anos na gestão hídrica, participando também de outros colegiados, o que indica um capital social estruturado e técnico, do qual, mesmo sem estudos comprobatórios, facilita a efetiva atuação (COSTA, 2012).

A compilação dos dados revelou certa discrepância entre o capital social dos comitês de bacia e do conselho nacional de recursos hídricos. Enquanto o primeiro possui deficiências

na participação e na qualidade da representação, este último apresenta a maioria de seus conselheiros numa capacidade técnica superior, o que pressupõe melhor qualidade no debate e conseqüentemente nas decisões finais. A compreensão do debate e acesso à linguagem são condições fundamentais para a boa discussão em que a ausência de conhecimento pode resultar em tomadas de decisão sem o rito completo de discussão que gera teses e antíteses (ALVES; SOUZA, 2018), em detrimento de soluções casuísticas que comprometem as proposições adequadas para a bacia.

Lopes, Ribeiro e Teixeira (2015) destacaram as principais temáticas abordadas por estudos sobre os comitês de bacia hidrográfica e, assim como no levantamento da presente pesquisa que enfatizou os procedimentos metodológicos, a análise dos autores e a segregação por áreas do conhecimento, observaram uma crescente expansão no interesse e o amadurecimento desse tipo de pesquisa. Por nossos achados, porém, percebe-se que embora haja dados contundentes relativos aos comitês de bacia hidrográfica e ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, há um número reduzido de produções acadêmicas, principalmente sobre a efetividade nas políticas públicas, o que reflete um potencial que necessita ser investigado. Ainda que, um dos principais atrasos para a avaliação da efetividade destas instituições seja devida dificuldade de mensuração entre a publicação de um ato administrativo e a sua consecução prática na política pública (LAVALLE; VOIGT; SERAFIM, 2016).

3.3 Das abordagens regionais

Observou-se a ausência nas análises da implementação das políticas quando tema para as produções foi a atuação dos conselhos estaduais de recursos hídricos. Este resultado aponta para a necessidade de obras científicas com o intuito de se identificar e relacionar a atuação destes Conselhos, em particular quanto a evolução dos instrumentos de gestão.

Os trabalhos (Quadro 2) que tratam dos conselhos estaduais de recursos hídricos com foco na participação e representação podem servir de bases para abordagens futuras. Menezes (2006) identificou que a participação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Alagoas visava somente o atendimento à legislação pura, não sendo praticada a

normatização dos instrumentos de gestão daquele Estado e, o comprometimento ocasionado por esta falha, no processo participativo do Conselho, necessitaria ser mais bem investigada.

Quanto aos estudos sobre os comitês de bacias hidrográficas, foram identificadas 13 produções na “implementação da política”, três no estudo da “participação e representação”, dois no “desenvolvimento e articulação institucional” e dois em “assuntos específicos”. Tal percepção corrobora a afirmativa de que as ações dos comitês de bacias em favor da gestão hídrica podem ser consideradas limitadas (MADRUGA, 2007; MOREIRA, 2008; MOREIRA, 2013; MATOS, 2015). Falhas na resolução dos conflitos (GOMES *et al*, 2008) e no planejamento das ações estruturais da bacia (GARCIA, 2002) alargam a baixa influência, especialmente quando o assunto são as grandes obras hídricas (PIRES, 2016).

A solução pode passar por uma atuação conjunta entre Estado e sociedade visando fortalecer cada vez mais os espaços participativos. Embora fragmentações institucionais tenham sido identificadas (CASTILHO, 2019) é um bom exemplo do que pode surgir, quando, um comitê bem estruturado, como o da bacia do Rio Paranaíba (CBHRP) é exercido com participação plural e transparente. Segundo o autor, o CBHRP tornou-se um espaço de representação e mobilização para a efetivação da política hídrica.

Quanto à dinâmica interna de participação, Campos (2008) destaca a flexibilização, sendo desejável uma adaptação dos conselhos às características locais ou impulsos externos. Porém, a principal dificuldade consiste na redução das contradições existentes entre Estado e sociedade, ocorrendo de grupos organizados nem sempre defenderem os interesses coletivos (QUERMES, 2006). É, portanto, primordial a corresponsabilização e a boa comunicação entre Estado e Sociedade Civil (CAMPOS, 2008). Debilidades na comunicação com a comunidade local, a falta de conscientização da população e de investimentos por parte do Estado foram destacadas na análise dos comitês de bacia hidrográfica do estado do Rio Grande do Sul (RODRIGUES E AREND, 2006). Somam-se a falta de articulação e a segmentação das competências dentre as principais dificuldades para a efetiva ação de um comitê (VEDOVOTO, NETO E RIBEIRO, 2006).

Quadro 2: Principais objetivos das referências com nível de abordagem regional estratificadas por temas principais e por órgão colegiado

Foco principal do Estudo	Órgão Colegiado	Principais objetivos	Referências	# Ref.
Implementação da Política	Comitês	Aborda os desafios e possibilidades na gestão de recursos hídricos pelos comitês de bacias hidrográficas federais ou a contribuição de comitês de bacias (em um Estado ou em mais de um comitê) na gestão das águas. Metodologias: Estudo de casos, entrevistas, questionários, análise documental e revisão de literatura	Gomes et al., 2008; Garcia, 2002; Ribeiro, 2006; Teixeira, 2006; Madruga, 2007; Xavier, 2007; Moreira, 2008; Levino, 2009; Moreira, 2013; Matos, 2015; Corrêa, 2016; Pires, 2016; Castilho, 2019	13
	Conselhos	-	-	0
Participação e Representação	Comitês	Estuda a dinâmica internas dos comitês de bacias hidrográficas (em nível regional) com foco na participação e representação de seus membros. Metodologias: Estudo de caso, entrevistas e questionários.	Tedeschi, 2003; Quermes, 2006; Campos, 2008	3
	Conselhos	Estuda a participação e composição dos conselhos estaduais de recursos hídricos da região norte do Brasil e no Estado de Alagoas. Metodologias: Análise documental, entrevistas e questionários.	Menezes, 2006; Sardinha, 2019	2
Desenvolvimento e Articulação Institucional	Comitês	Avalia fatores de funcionamento e institucionalização dos comitês de bacias hidrográficas em nível regional. Metodologia: questionário.	Vedovoto, Neto e Ribeiro, 2006; Rodrigues e Arend, 2006	2
	Conselhos	-	-	0
Assuntos Específicos	Comitês	Avalia a experiência dos comitês de bacias hidrográficas relativamente às políticas de águas subterrâneas e o pagamento por serviços ambientais. Metodologia: Estudo de caso e entrevista.	Azevedo et al., 2007; Atanazio, 2019	2
	Conselhos	-	-	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Por fim, foram encontradas publicações que abordaram assuntos específicos, como aqueles produzidos por Azevedo *et al.* (2007) e Atanazio (2019) que avaliaram os comitês de bacia quanto ao uso das águas subterrâneas e aos pagamentos por serviços ambientais, respectivamente. Azevedo *et al.* (2007) indicaram que os Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio

Pardo e do Turvo/Grande avaliaram os planos de bacia e definiram as ações necessárias para garantir a gestão das águas subterrâneas. Já Atanazio (2019) ressalta que mesmo que os Comitês sejam propositivos quanto ao pagamento por serviços ambientais, faz-se necessário que outros entes estejam também engajados para que se logre êxito em longo prazo.

3.4 Das abordagens locais

As produções científicas cuja abrangência se restringiu ao âmbito local, representaram o maior volume dos textos encontrados pela pesquisa.

Destas, 15 estudos enquadrados no tema “implementação da política”, nove em “participação e representação”, três no “desenvolvimento e articulação” e oito em “assuntos específicos” (Quadro 3).

Quadro 3: Principais objetivos das referências com nível de abordagem local estratificadas por temas principais e por órgão colegiado

Foco principal do Estudo	Órgão Colegiado	Principais objetivos	Referências	# Ref.
Implementação da Política	Comitês	Aborda os sistemas de governança dos comitês de bacias hidrográficas na gestão e conservação dos recursos hídricos e na implementação da política nacional e estadual das águas em âmbito local. Metodologias: Análise de atas (documental), revisão de literatura, entrevistas e questionários.	Mais, 2003; Azevedo, 2009; Cruz, 2009; Oliveira, 2009; Amorim, 2009; Figueiredo, 2011; Agostinho, 2012; Dulac, 2013; Rodrigues, 2014; Moreira, 2014; Sornberger, 2015; Teodoro, 2017; Luz, 2017; Cunha, 2018	15
Participação e Representação	Comitês	Trata da análise do processo participativo e representativo nos comitês de bacias hidrográficas locais e a sua composição por setores. Metodologias: Análise de atas de reuniões, estudos de casos, entrevistas e questionários.	Flores e Misoczky, 2008; Mesquita, 2018; Pereira, 2008; Morgado, 2008; Prota, 2011; Freitas, 2013; Girão, 2014; Almeida, 2014; Meier, 2016	9
Desenvolvimento e Articulação Institucional	Comitês	Analisa o capital social, o arranjo jurídico-institucional, sociotécnico e ambiental dos comitês de bacias hidrográficas em âmbito local. Metodologias: Análise documental e questionário.	Gutiérrez, 2006; Jacobi e Monteiro, 2006; Araújo, 2011	3
Assuntos Específicos	Comitês	Avalia o comitê de bacia sobre assuntos específicos, tais como: a cobrança pelo uso da água, licenciamento ambiental, gerenciamento da informação, negociação de conflitos, aprendizagem social, entre outros. Metodologias: Revisão de literatura, análise documental, entrevistas e questionários.	Alvim e Ronca, 2007; Zapelini, 2014; Chinaque et al., 2017; Froes, 2009; Madruga, 2009; Martins, 2012; Silva, 2017; Machado, 2019	8

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

A ausência de trabalhos com foco nos conselhos de recursos hídricos pode ser justificada, por tratar-se de instância superior, cujas ações se relacionam às esferas estaduais (regional) e da União (nacional).

As avaliações incluem constatações e recomendações multivariadas, quanto à efetividade dos comitês de bacias hidrográficas. Algumas são positivas, como no estudo de caso do comitê da Baixada Santista, que identificou um importante papel exercido na resolução dos conflitos pelo uso da água (AMORIM, 2009). Outras, porém, são negativas, como a tese defendida por Luz (2017), na qual se verificou que

o comitê de bacia Taquari-Antas não afeta em nada, a gestão e implementação da política hídrica, visto que há pouca articulação, centralização de poder, omissão do Estado e inexistência de condições deliberativas. Por isso nos cabe afirmar que o conhecimento sobre a atuação do comitê de bacia é fundamental para a avaliação do gerenciamento dos recursos hídricos, já que compartilha o mesmo território onde circula a água sobre a qual, normatiza e atua.

Os estudos acerca da participação e representação nos comitês de bacias hidrográficas locais demonstraram uma série de

desvios de finalidade, representados pela ineficiência estatal, falta de representatividade e concentração de poder. Os trabalhos de Flores e Misoczky (2008), Prota (2011), Freitas (2013) e Almeida (2014) apontam para a ausência e inação de governos locais na participação dos processos políticos, contribuindo para a morosidade decisória e evidenciando distorções da legislação. Outro aspecto relevante indicou a fragmentação das representações, não sendo contínuo o diálogo entre os integrantes e, entre estes e a sociedade (MORGADO, 2008; FREITAS, 2013; MEIER, 2016). Foi possível notar ainda uma sobre representação em determinados comitês de bacias hidrográficas, com a dominância de grupos políticos (PEREIRA, 2008; ALMEIDA, 2014; MEIER, 2016; MESQUITA, 2018), fato que precisa ser mais aprofundado em pesquisas futuras.

Sobre o desenvolvimento institucional e articulação dos comitês, nota-se que fatores históricos, arranjos municipais consolidados e a inserção da comunidade nas discussões podem indicar melhor desempenho e êxito de determinado comitê, embora tenha se verificado uma alta correlação na influência estadual e municipal quando comparadas com a atuação da sociedade civil (JACOBI; MONTEIRO, 2006).

Percebe-se, de forma geral, que os comitês de bacia ainda estão longe de estarem institucionalizados para uma efetiva atuação na constituição política dos recursos hídricos. Para que isso ocorra, há que garantir a participação e a representação. Deficiências apontadas nesse aspecto necessitam de intervenção por parte do estado. A paridade entre os segmentos e a participação da comunidade local nas decisões, é imprescindível. Almeida e Tatagiba (2012) apontam que o reconhecimento dos órgãos colegiados no interior do estado é passo fundamental para as deliberações, abrangendo as legislações vigentes e gerando mudanças nas políticas públicas. Desta forma, a articulação e o seu grau de reconhecimento dizem muito sobre o seu poder de gerar soluções para as bacias hidrográficas.

Ademais, oito estudos que se propuseram a analisar a atuação do comitê de bacia em temas específicos. Destaca-se o artigo produzido por Chinaque *et al* (2017), que analisou o papel do comitê de bacia do rio Sorocaba e Médio Tietê no tocante ao processo de licenciamento ambiental, e constatou que o órgão licenciador ignorou ou foi contrário às posições do comitê quando do

licenciamento de aterros sanitários nos municípios. Os resultados corroboram a limitação já descrita anteriormente e, suscitam que os comitês devem se fortalecer para de fato, se tornem colegiados suficientemente atuantes na proteção dos recursos hídricos.

4 CONCLUSÕES

As revisões sistemáticas constituem esforços adicionais na ordenação dos assuntos publicados. Contudo, possuem limitações intrínsecas, relacionadas aos descritores e as bases de busca definidas, sendo possível que haja outras produções não alcançadas pelos delimitadores utilizados. Igualmente, neste tipo de pesquisa, não é possível ultrapassar as balizas oferecidas pelos artigos filtrados.

Ainda assim, tornou evidente que a produção científica acerca dos julgamentos das instituições participativas estaduais e nacionais, no cenário brasileiro, configura-se como uma temática ainda pouco explorada na literatura técnico-científica. Foram encontrados poucos estudos quanto à avaliação dos conselhos de recursos hídricos, e não abarcavam todas as complexidades envolvidas nessa concepção. Identificou-se um descompasso na produção científica destinada à avaliação dos comitês de bacia hidrográfica que, embora sejam um pouco mais estudados, também carece de análises aprofundadas, tendo em vista a formalização de 233 comitês de bacias no Brasil.

O fortalecimento e a institucionalização garantem a execução de normas e diretrizes para os instrumentos de gestão, o arbítrio de conflitos entre usuários de recursos hídricos, a autorização de instalações de grandes empreendimentos e a promoção de debates sobre as questões hídricas na bacia. Ao considerar que a gestão de recursos hídricos é descentralizada e participativa, é imprescindível que todos os atores estejam preparados para o cumprimento de seu papel, sendo urgente que os comitês sejam mais bem estruturados, em particular no nível técnico e de experiência de seus conselheiros.

Os comitês e os conselhos são responsáveis por boa parte do funcionamento do sistema de gestão dos recursos hídricos e pela implementação das políticas estaduais e nacional. Por isso, cientes de que a temática em referência não foi esgotada, sugerem-se novas revisões ou pesquisas com o intuito de aprofundar os estudos

sobre a efetividade destes organismos participativos.

REFERÊNCIAS

ABERS, R.; JORGE, K. D. Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? *Ambiente & Sociedade*, v. 8, n. 2, p. 99–124, 2005.

ABERS, R. N.; FORMIGA-JOHNSON, R. M.; FRANK, B.; KECK, M. E.; LEMOS, M. C. Inclusão, deliberação e controle: três dimensões de democracia nos comitês e consórcios de bacias hidrográficas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 12, n. 1, p. 115-132, 2009.

AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. *Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil*. Gestão da Água. 2021. Disponível em: <http://conjuntura.ana.gov.br/gestaoagua>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ALMEIDA, D. C. R.; CUNHA, E. S. M. A Análise da Deliberação Democrática: Princípios, Conceitos e Variáveis Relevantes. In: PIRES, R. R. C (org.), *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação*. Brasília: Ipea, 2011, p. 109-123.

ALMEIDA, M. S. *O papel do comitê de bacia dos afluentes mineiros dos rios Mogi-Guaçu e Pardo (MG): uma análise da efetivação da gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos*. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência e Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Alfenas, Poços de Caldas, MG, 2014.

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*, p. 68-92, 2012.

ALVES, F. B.; SOUZA, M. S. S. Democracia participativa: os conselhos gestores de políticas públicas como mecanismo de participação popular. *Revista Argumenta*, n. 28, p. 107-403, 2018.

AMORIM, L. F. C. *O conflito pelo uso da água e o comitê da bacia hidrográfica da Baixada Santista*. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional e Direito Ambiental) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2009.

ATANAZIO, R. *Pagamento por serviços ambientais como política pública de segurança hídrica e desenvolvimento regional: análise de estratégias de comitês de bacias hidrográficas*. 2019. 111 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

AVRITZER, L. A Qualidade da Democracia e a Questão da Efetividade da Participação: Mapeando o Debate. In: PIRES, R. R. C (org.), *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação*. Brasília: Ipea, 2011, p. 13-25.

AZEVEDO, F. Z.; ALENCASTRE, C. E. N.; RANZANI, A. J. T.; CRIVELANTI, R. *Política de Recursos Hídricos e a Gestão das Águas Subterrâneas: Experiência dos Comitês do Estado de São Paulo*. In: Simpósio de Hidrogeologia do Sul-Sudeste, 1., 2007. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/articul/view/22162>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BARBOSA, F. D. *Comitês de Bacias Hidrográficas, representação e participação: desafios e possibilidades à gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil*. 2019. 417 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de São Carlos, 2019.

BARBOSA, F. D.; HANAI, F. Y.; SILVA, P. A. R. Participação, representação e representatividade no processo de tomada de decisão em Comitês de Bacia Hidrográfica: conceitos, reflexões e discussões. *Sustentabilidade em Debate*, v. 7, n. 3, p. 34-36, 2016.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2016, 279 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos [...]*. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm. Acesso em: 22 out. 2020.

CAMPOS, V. N. O. *O Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e o Consejo de Cuenca del Valle de México*. 2008. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Institucional – Missão e Objetivos*. 2020. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_painstitucional&Itemid=104. Acesso em: 20 out. 2020.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira – Cursos Avaliados e Reconhecidos. 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.xhtml?areaAvaliacao=49>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CASTILHO, J. H. M. *A governança da água no comitê da bacia hidrográfica do rio Paranaíba*. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental e Sanitária) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

CASTRO, C. N. *Gestão das Águas: Experiências Internacional e Brasileira*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2012 (Texto para Discussão, n. 1744).

CHINAQUE, F. F.; SANTOS, A. C. A.; MELO, I. B. N.; MARQUES, S. C. M. *O papel dos comitês de bacia nos*

processos de licenciamento ambiental: um estudo de caso do comitê de bacia do rio Sorocaba e Médio Tietê (SP). *Revista Ambiente & Água*, v. 12, n. 6, p. 1068-1081, 2017.

COSTA, A. L. *Participação, redes e capital social para a governança da água no Brasil: um olhar sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos*. 2012. 65 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA, M. A. M. *Reflexões sobre a política participativa das águas: o caso do CBH Velhas (MG)*. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ECONSERVATION. Estudos e Projetos Ambientais. *Relatório de Controle Ambiental (RCA) das Adequações do Terminal Industrial da Imetame: relatório técnico - RT ECV 057/17*. Espírito Santo, 2017. Disponível em: https://iema.es.gov.br/RIMA_2017. Acesso em: 25 nov. 2021.

FARIA, C. F.; RIBEIRO, U. C. Desenho Institucional: Variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. In: PIRES, R. R. C (org.), *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação*. Brasília: Ipea, 2011, p. 125-135.

FLORES, R. K; MISOCZKY, M. C. Participação no gerenciamento de bacia hidrográfica: o caso do Comitê Lago Guaíba. *Revista de Administração Pública*, v. 42, n. 1, p. 109-131, 2008.

FRACALANZA, A. P.; JACOB, A. M; EÇA, R. F. Justiça ambiental e práticas de governança da água:(re) introduzindo questões de igualdade na agenda. *Ambiente & Sociedade*, v. 16, n. 1, p. 19-38, 2013.

FREITAS, S. S. *Análise sobre a discussão para implementação da cobrança pelo uso da água: desafios da gestão participativa no Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê*. 2014. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FONSECA, I. F; BURSZTYN, M; MOURA, A. M. M. Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 42, p. 183-198, 2012.

GARCIA, A. C. M. C. *Plano de bacia e relatório de situação dos recursos hídricos: limitações técnicas e obstáculos políticos às suas efetivações em dois comitês de bacias do Estado de São Paulo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

GOHN, M. D. G. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. *Política & Sociedade*, v. 10, n. 18, p.223-244, 2011.

GOMES, C. S; REIS, R. P; GALIZONI, F. M; RIBEIRO, E. M. *Comitês de Bacias Hidrográficas de rios do Médio São Francisco: possibilidades e desafios de gestão do uso da água*. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 46., 2008, Rio Branco, Acre. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/108139>. Acesso em: 18 abr. 2021.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM. *Comitês de bacias hidrográficas*. 2020. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/sistema-de-generenciamento/comites-de-bacias-hidrograficas>. Acesso em: 20 out. 2020.

JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 18, n. 1-2, p. 315-338, 2003.

JACOBI, P. R.; BARBI, F. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. *Revista Katálysis*, v. 10, n. 2, p. 237-244, 2007.

JACOBI, P. R.; MONTEIRO, F. Capital social e desempenho institucional: discussão teórica e metodológica sobre comitês de bacias hidrográficas na região metropolitana de São Paulo - Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 9, n. 2, p. 25-45, 2006.

JOB, I; MATTOS, A. M; TRINDADE, A. Processo de revisão pelos pares: por que são rejeitados os manuscritos submetidos a um periódico científico? *Movimento*, v. 15, n. 3, p. 35-55, 2009.

LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, R. R. C (org.), *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação*. Brasília: Ipea, 2011, p. 33-41.

LAVALLE, A. G.; VOIGT, J.; SERAFIM, L. O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 59, n. 3, p. 609-650, 2016.

MINAS GERAIS. Decreto nº 26.961, de 28 de abril de 1987. Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, CERHI. Minas Gerais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 29 abr. 1987.

LOPES, M. M; RIBEIRO, M. L; TEIXEIRA, D. O comitê de bacia hidrográfica como foco de estudo em dissertações e teses. *Revista Uniara*, v. 18, n. 2, p. 113-125, 2015.

LUZ, J. P. *A governança dos recursos hídricos no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas*. 2017. Tese (Doutorado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 2017.

MADRUGA, F. N. *O papel dos comitês de bacias de Santa Catarina no sistema nacional e estadual de gerenciamento de recursos hídricos*. 2007. 107 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, 2007.

- MATOS, S. M. S. *O Parlamento das águas: a experiência dos comitês de bacia hidrográfica na política de recursos hídricos em Sergipe*. 2015. 210 f. Tese (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.
- MEIER, M. A. *A representação e a representatividade social do comitê de bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas/RS*. 2016. 253 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2016.
- MENEZES, B. M. *Recursos hídricos e participação: o caso do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Alagoas, face à lei nº 5.965/97*. 2006. 253 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Alagoas, 2006.
- MESQUITA, L. F. G. Os comitês de bacias hidrográficas e o gerenciamento integrado na Política Nacional de Recursos Hídricos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 45, p. 56–80, 2018.
- MINAS GERAIS. Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999. *Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências*. Minas Gerais: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, 30 jan. 1999.
- MOREIRA, M. F. *Comitês de bacias hidrográficas de Pernambuco: dificuldades, avanços e desafios*. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- MOREIRA, T. M. X. *Gestão participativa no Ceará: análise dos comitês das sub-bacias hidrográficas do baixo e médio Jaguaribe*. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Hídricos) -Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- MORGADO, A. *A influência do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ) na descentralização da gestão hídrica brasileira - avaliação quantitativa da participação da sociedade civil de 1993-2003*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.
- PEREIRA, M. C. N. *Composição do comitê da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu-BA: análise da origem geográfica e do setor econômico representado por seus membros como fatores intervenientes na gestão participativa de recursos hídricos*. 2008. 203 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- PINTO, P. S. B; PAULA, M. M; ALVES, F. J. S. A Relação entre as experiências com a Pesquisa Científica nos cursos de Graduação e as dificuldades para elaboração de artigos no mestrado acadêmico. *SINERGIA - Revista Do Instituto De Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, 14(1), 21–34, 2010.
- PIRES, A. P. N. *O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: a gestão das águas e a transposição do* Rio São Francisco. 2016. 189 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.
- PROTA, M. G. *Análise do processo participativo na gestão dos recursos hídricos no Estado de São Paulo: um estudo de caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré*. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- QUERMES, P. A. A. *Contradições nos processos de participação cidadã na política nacional de recursos hídricos no Brasil: análise da experiência dos comitês de bacia*. 2006. 334 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- RODRIGUES, E. G; AREND, S. C. *A Política De Gestão Dos Recursos Hídricos No Rio Grande Do Sul: Sua Estrutura E Percepção Dos Comitês De Bacia Hidrográfica*. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 44., 2006, Fortaleza, Ceará. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/147940/>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- RODRIGUES, F. P. *A efetividade dos conselhos municipais de habitação: mecanismos entre decisão e implementação*. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SÁ, S. M. F. *Análise da integração funcional dos conselhos e órgãos gestores de meio ambiente e recursos hídricos*. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, 2019.
- SANTOS, P. R.; GUGLIANO, A. A. Efetividade das políticas participativas no governo brasileiro: O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56, p. 3–19, 2015.
- SARDINHA, A. C. *Comunicação e deliberação de políticas públicas: um estudo da participação nos conselhos de recursos hídricos da Região Norte*. 2019. 227 f. Tese (Pós-Graduação em Comunicação) - Universidade Estadual Paulista, Bauri, SP, 2019.
- SILVA, M. K. Dos casos aos tipos: notas para uma apreensão das variações qualitativas na avaliação das instituições participativas. In: PIRES, R. R. C (org.), *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação*. Brasília: Ipea, 2011, p. 233-246.
- SILVA, M. B; HERREROS, M. M. A. G; BORGES, F. Q. Gestão integrada dos recursos hídricos como política de gerenciamento das águas no Brasil. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, v. 10, n. 1, p. 101-115, 2017.
- TRINDADE, L. L. *Gestão Integrada de Recursos Hídricos: papel, potencialidades e limitações dos comitês de bacias hidrográficas*. 2016. 269 f. Tese

(Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

VEDOVOTO, G. L; NETO, M. D. A; RIBEIRO, L. F. M. Considerações sobre a implementação de comitê de bacias hidrográficas de rios federais – o caso do comitê de bacia hidrográfica do Rio Paranaíba. *Sociedade brasileira de Economia, Administração e Sociologia*

Rural, Fortaleza, CE, 2006. Trabalho apresentado no 44º Congresso, 23-24 julho, 2006.

WAMPLER, B. Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas? In: PIRES, R. R. C (org.), *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação*. Brasília: Ipea, 2011, p. 43-51.